

POLITÉCNICO DE LISBOA
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

Conselho de Representantes

Reunião Plenária

Ata n.º 8

Aos dez dias do mês de abril de 2024, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Atos da Escola Superior de Educação de Lisboa, reuniu o Conselho de Representantes com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Informações.**
- 2. Proposta da Associação de Estudantes da ESELx para a mudança de nome da Escola;**
- 3. Continuação do processo de revisão dos Estatutos da ESELx;**
- 4. Apreciação do Relatório Anual de Atividades ESELx 2023.**

Estiveram presentes os/as conselheiros/as constantes na lista anexa (Anexo 1).

1. Informações

Nuno Ferreira iniciou a reunião informando que a presidência da ESELx enviará a proposta do articulado relativo à criação de uma Comissão de Ética, para ser apreciada no âmbito do processo de revisão dos Estatutos da ESELx. Recordou ainda que, no que se refere aos artigos relacionados com a composição e competências das coordenações de curso, estes voltarão a ser apreciados pelo conselho, considerando-se a proposta do grupo de trabalho criado para o efeito, na reunião anterior (Anexo 2). Por fim, informou que a ata relativa à parte da manhã seria da responsabilidade das conselheiras Leonor Barreiros e Joana Campos e que a da tarde seria dos conselheiros Miguel Falcão e Joana Campos.

2. Proposta da Associação de Estudantes da ESELx para a mudança de nome da Escola.

Nuno Ferreira informou que, no âmbito do processo relativo à proposta de mudança de nome da Escola, enviada pela Associação de Estudantes, numa conversa informal tida com o presidente da Associação de Estudantes e com a conselheira Susana Torres, surgiram dúvidas sobre os procedimentos de auscultação, assim como da vinculação desses resultados, no que diz respeito ao processo de revisão dos Estatutos da ESELx. Como tal, considerou haver necessidade de enviar um pedido de esclarecimento sobre esta matéria ao Presidente do IPL, pelo que o fez por escrito, no dia 8 de abril.

Jaden Gomes explicou que existem duas propostas de nova designação do nome da Escola e uma terceira que corresponde à atual designação. Propôs que sejam redigidas duas questões: uma sobre a decisão de mudança e outra relativa à escolha da designação.

Margarida Rodrigues perguntou ao presidente do Conselho de Representantes se havia previsão da resposta do presidente do IPL, ao que Nuno Ferreira respondeu que não.

3. Continuação do processo de revisão dos Estatutos da ESELx.

Nuno Ferreira deu continuidade ao processo de revisão dos Estatutos da ESELx, partindo da versão 5 do documento de trabalho, nomeadamente na secção IV, Unidades de Estudo e Investigação. Recordou que, considerando as anteriores decisões, a secção passa a designar-se Unidades de Investigação.

Relativamente ao ponto 1, do artigo sobre Natureza das Unidades de Investigação, Nuno Ferreira, deu a ler a proposta da Comissão de Cursos de Mestrados e Pós-graduações.

Jaden Gomes questionou sobre a possibilidade de inclusão da criação artística, por considerar relevante.

Bianor Valente defendeu que a investigação pode ter vários focos, quer no sentido da inovação pedagógica, quer artística, considerando que se não tiver pendor científico, deixa de caber neste ponto. Propôs que fosse retirada a referência a “pedagógico”.

Teresa Pereira corroborou a posição da conselheira anterior.

Cristina Cruz retomou a proposta de Bianor Valente, defendendo que não faz sentido discriminar as áreas de investigação, sugerindo nomear e assinalar “no âmbito das áreas de formação da ESELx e a sua divulgação, mas formas academicamente reconhecidas”.

Teresa Pereira defendeu a retirada da expressão “inovação”.

Cristina Cruz propôs que se retirasse “as formas academicamente reconhecidas”, por poder ser inibidor de novas formas de divulgação.

As propostas anteriormente apresentadas foram acolhidas pela totalidade dos conselheiros.

Passou-se a apreciar a proposta enviada pelo CIED, sobre a sua própria designação. Margarida Rodrigues assinalou a importância de o CIED ser explicitado nos Estatutos da ESELx.

A totalidade dos conselheiros acolheu favoravelmente a proposta recebida.

No artigo sobre Composição, eleição de coordenador e mandato, a proposta enviada pelo CIED sugere introduzir no ponto 2 a possibilidade de haver membros temporários da unidade de investigação.

Jaden Gomes sugeriu que se considerassem os estudantes do IPL.

Susana Torres recordou que tendo os estudantes integrado equipas de investigação, estes não se incluem, por isso, na comissão científica do CIED.

Margarida Rodrigues perguntou se a integração temporária de estudantes será ou não incluída na comissão científica. Se for, por ser de carácter temporário, não lhe parece adequado, sugerindo por isso que sejam considerados como membros colaboradores, por exemplo, no ponto 1.

Cristina Cruz retomou a sugestão de Susana Torres sugerindo que se incluam os estudantes nos convidados a integrar o CIED, portanto, não na comissão científica.

Tiago Almeida retomou a discussão da proposta, no sentido de serem integrados como colaboradores e não necessariamente na comissão científica.

Laurence Vohlgemuth sugeriu que se crie um novo ponto 2, por considerar que fica resolvida a questão.

Teresa Pereira corroborou que haja um novo ponto relativo a membros colaboradores, ou seja, não integrados.

Jaden Gomes pediu esclarecimento sobre a distinção entre pertencer-se à comissão científica e ser-se membro da unidade de investigação, por considerar que, se já se garante que a comissão é exclusiva a doutorados e especialistas, não deve impedir que haja estudantes.

Tiago Almeida explicitou o que se encontra regulamentado pela FCT, em que se pode ler que para serem integrados têm de ser necessariamente doutorados, havendo um campo específico para estudantes.

Após discussão e consulta da regulamentação da FCT, Nuno Ferreira colocou à votação a formulação do novo ponto 2, tendo sido aprovado por 14 votos a favor.

Laurence Vohlgemuth defendeu que haja abertura na proposta, pois caso contrário poderá significar um desvio das linhas de investigação que sejam do interesse da ESELx.

Bianor Valente concordou com a proposta, referindo-se a bolsas pós-doutoramento e/ou emprego científico, que venham a ter vínculo à ESELx.

Tiago Almeida discordou, recordando que pôde ser membro integrado noutra centro, com participação de pleno direito, embora nesse centro as linhas e decisões fossem tomadas por uma coordenação que assume essas funções. Propôs que a coordenação do centro seja restrita a membros da ESELx.

Teresa Pereira propôs que seja restrito apenas no caso da eleição do coordenador.

Cristina Cruz assinalou que a sugestão de Tiago Almeida não se encontra enquadrada na última revisão do regulamento do CIED.

Bianor Valente argumentou sobre a necessidade de existência de uma estrutura hierárquica de uma coordenação científica.

Teresa Pereira não considerou ser um problema os membros integrados não serem da ESELx, se a coordenação for necessariamente de um doutorado com vínculo à ESELx.

Cristina Cruz assinalou que se trata de um ponto sobre as unidades de investigação, sendo o CIED uma delas.

Bianor Valente manifestou ser sensível ao argumento, considerando que a formulação deve ser abrangente, sendo especificado então que nos regimentos de cada UI sejam expressas as respetivas condições.

Laurence Vohlgemuth sugeriu que se retirem então os 4 pontos, remetidos então para os respetivos regimentos.

Nuno Ferreira colocou à votação as propostas em alternativa, tendo sido aprovado que para pertencer à coordenação é necessário que os membros tenham vínculo à ESELx, com votos 7 a favor, 3 brancos e 4 contra.

Joana Campos recordou que, em sede de Estatutos da ESELx estamos a decidir sobre o ponto relativo às UI e não ao CIED concretamente, por isso concordou com a proposta de Laurence Vohlgemuth.

Nuno Ferreira apresentou entendimento distinto, por considerar que podem ficar assim UI sem serem abrangidas no controlo da ESELx.

Tiago Almeida sugeriu que então se fixasse a necessidade de ser aprovado em Conselho de Representantes.

Miguel Mano sugeriu que nos Estatutos seja fixada a necessidade de formularem os respetivos regulamentos e regimentos, a serem posteriormente aprovados.

Margarida Rodrigues considerou que se justifica manter no artigo 39.º os últimos dois pontos, relativos à duração do mandato, considerando que deve ser igual aos restantes órgãos, concordando assim com a proposta de Laurence Vohlgemuth, salvo estas exceções. Sendo então o primeiro ponto referente à aprovação ser da responsabilidade do Conselho de Representantes e Conselho Técnico-Científico.

Bianor Valente defendeu a decisão de haver um artigo sobre CIED e não outras UI, que teve acolhimento entre os a totalidade dos conselheiros.

Nuno Ferreira leu a proposta do artigo sobre composição, eleição do coordenador e mandato do CIED.

Relativamente ao artigo 40.º, Competências das UI, Susana Torres sugeriu que seja integrada como uma nova alínea, que passa a ser a b), tendo tido acolhimento da totalidade dos conselheiros.

Joana Campos sugeriu a alteração da alínea d) do artigo 40.º, para “percurso académico” em vez de “carreira académica”, em resposta à sugestão de esclarecimento sobre quem são os autores desses trabalhos académicos.

As sugestões de ambas as conselheiras foram integradas, contando com a concordância da totalidade dos conselheiros.

Terminado este capítulo, o presidente anunciou uma pausa nos trabalhos.

Após pausa, Nuno Ferreira deu seguimento aos trabalhos, projetando o capítulo VI, Outras disposições. Relativamente ao Artigo 53.º, perda de mandato e substituição, Margarida Rodrigues referiu-se à alínea d), sobre renúncia, defendendo que esta seja “de forma fundamentada”.

Bianor Valente concordou com a sugestão. A conselheira, por aproximação do assunto, deu como exemplo situações de ausência em reuniões de departamento, pedindo que se esclareça como se faz a justificação das faltas.

Tiago Almeida argumentou que se deve seguir o Código do Trabalho, no seu artigo 249.º. Margarida Rodrigues respondeu à questão colocada por Bianor Valente, salientando que o mandato a que se refere o artigo em apreço diz respeito a eleição, não sendo essa a situação dos atuais departamentos, por serem membros por pertença, portanto, não há perda de mandato.

Bianor Valente concordou, mas alertou para o facto de no ponto 1 serem referidas estruturas científico-pedagógicas.

Joana Campos sugeriu que se reveja a formulação relativa às estruturas científico-pedagógicas, para que se possa enquadrar à luz da explicação dada por Margarida Rodrigues.

Tiago Almeida sugeriu que se distingam as estruturas científico-pedagógicas para as quais sejam eleitos os seus membros, de outras em que não acontece eleição.

Laurence Vohlgemuth recordou que as faltas injustificadas têm no Código do Trabalho os procedimentos já previstos na lei.

Joana Campos recordou que no relatório de ADD já se encontra definido um campo relativo a faltas justificadas.

Laurence deu exemplo de situação de mobilidade de Erasmus em que o docente pode faltar a reuniões, mas encontra-se a cumprir o serviço. Susana Torres recordou que essa mobilidade é do conhecimento dos serviços de Recursos Humanos.

Bianor Valente considerou que a alínea d), à luz das decisões anteriores, não resolverá as potenciais renúncias ao desempenho de cargos, para os quais os docentes sejam eleitos ou nomeados.

Margarida Rodrigues afirmou que se renunciarem, terão de o fazer em relação à sua categoria funcional.

Joana Campos sugeriu que após aprovação dos novos estatutos, seja dado esclarecimento às próximas estruturas científico-pedagógicas relativamente ao exercício das funções dos membros e respetivas presidências e coordenações.

Tiago Almeida referiu que na legislação estão consagradas as condições para apreciação e decisão e considera, por isso, tratar-se de uma questão de cultura organizacional. Sugeriu que na alínea d) seja acrescentado “nos termos da lei”.

As propostas avançadas foram acolhidas pela totalidade dos conselheiros.

Sobre o Ponto 3, Bianor Valente recordou que a resposta do presidente do IPL sobre os mandatos contraria este ponto e sugeriu que seja retirado.

Jaden Gomes sugeriu que em vez de se retirar o ponto 3, este seja revisto. A nova formulação foi avançada entre os conselheiros, que acolheram na totalidade a nova redação.

Relativamente ao Artigo 54.º, Comparência a reuniões, Nuno Ferreira considerou que as aulas e estágios devem ter precedência sobre qualquer outra atividade.

Bianor defendeu que o agendamento das reuniões ordinárias, feito com antecedência, permite que os conselheiros organizem as suas agendas.

Joana Campos sugeriu que nas quartas-feiras à tarde não haja aulas marcadas, para que os conselheiros possam participar nas reuniões ordinárias dos vários órgãos e estruturas científico-pedagógicas, e que estas sejam marcadas nos horários.

Cristina Cruz recordou exemplos de outras instituições do ensino superior em que o agendamento de reuniões e respetivos de horários são partilhados, permitindo uma melhor gestão.

Após discussão, decidiu-se alterar “serviços” para “atividades”, mantendo o restante articulado. Os conselheiros entenderam que deverá ser elaborado um conjunto de orientações para regulação da comparência dos membros dos vários órgãos e estruturas científico-pedagógicas.

De seguida, fez-se pausa para almoço. Após interrupção para almoço, retomaram-se os trabalhos pelas 14h30.

3. Apreciação do Relatório Anual de Atividades ESELx 2023.

O presidente deu início ao ponto 3 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação do Relatório Anual de Atividades, referente a 2023 (Anexo 3), agradecendo a presença da equipa da presidência e da diretora de serviços que acederam ao convite deste conselho.

O presidente deu conta da metodologia de tomada de palavra, sendo dado a cada conselheiro/a até três minutos de intervenção, em duas rondas. Nuno Ferreira convidou a presidente da ESELx a fazer a apresentação geral do documento, passando à projeção do mesmo.

A presidente da ESELx, Carla Rocha, cumprimentou os conselheiros, agradecendo o convite. De seguida, apresentou sucintamente o documento, salientando que a elaboração do relatório foi importante como processo de avaliação das ações desenvolvidas ao longo do ano civil de 2023, bem como para identificar os desafios que a Escola enfrenta e ajustar os próximos planos de atividades. Frisou também que o Relatório em apreço estabelece articulações com as ações e os documentos da responsabilidade de outros órgãos. Referiu que a elaboração do documento, enquanto instrumento de avaliação, permitiu a realização de um balanço da ação da presidência da escola, num sentido mais lato, considerando diferentes níveis de organização e, ainda, a possibilidade de ajustar estratégias para a planificação do próximo ano. Agradeceu o trabalho desenvolvido com a diretora dos serviços, assim como os contributos do Conselho de Representantes, no sentido da explicitação de informação em futuros planos. Finalizou dando conta da disponibilidade para responder às dúvidas, questões e sugestões que os conselheiros pretendam manifestar.

Nuno Ferreira deu início à primeira ronda de intervenções, convidando os conselheiros a intervirem e remetendo os esclarecimentos dos convidados para uma resposta global.

Cristina Cruz agradeceu a completude do documento enviado. A propósito do capítulo referente à relação com a comunidade e à internacionalização, a conselheira questionou sobre a integração das Unidades Orgânicas (UO) do IPL no âmbito da parceria com a rede internacional U!REKA, tendo em conta a relevância que poderá ter para os cursos da Escola. A conselheira questionou sobre o funcionamento previsto e o modo de distribuição do mesmo entre UO, assim como sobre o modo de operacionalização, na medida em que se têm verificado dificuldades na obtenção de esclarecimentos e respostas. Referiu-se ao facto de ter sido já solicitada essa informação, entre outras relativas à internacionalização, junto dos serviços, apontando para as dificuldades de comunicação com o Gabinete de Relações Internacionais e Mobilidade Académica (GRIMA) (subponto 5.1.1.).

Bianor Valente felicitou a presidência pela clareza, organização e composição visual do relatório, que contribui para uma leitura agradável. A conselheira considerou, porém, que a informação apresentada se centra em alguns casos apenas nos *outputs*, considerando, por isso, que há falta de explicação de como se considera que os resultados contribuíram para o objetivo pretendido, defendendo que teria sido importante a apresentação de dados que fundamentassem melhor as apreciações apresentadas. A conselheira questionou sobre o cumprimento do PRR, solicitando mais informação, em particular, sobre a inexistência de iniciativas quanto a microcredenciais (subponto 2.2.2. e 2.3.3). A conselheira questionou ainda sobre a estranheza face à afirmação de serem dadas respostas idênticas para situações idênticas pelos Serviços Académicos (subponto 2.3.3.). Por fim, pediu esclarecimentos sobre a colaboração do bibliotecário da ESELx noutras Unidades Orgânicas (UO) e no IPL, demonstrando preocupação pelo facto de tal poder agravar problemas de funcionamento da Escola, tendo em conta o reduzido número de técnicos de administração e gestão (TAG).

Susana Torres expressou a não compreensão pelo facto de, nalgumas partes do Relatório, a presidência da ESELx ter optado por considerar estarem em concretização e não, como lhe pareceu, já concretizadas (como no subponto 1.2.4.), indo assim ao encontro das apreciações da conselheira anterior, no que se prende com a explicitação da concretização das medidas/ações. Por fim, indicou gralhas pontuais a rever, que ficou de enviar posteriormente para os autores do documento.

Jaden Gomes agradeceu a qualidade do documento, congratulando-se pelo facto de o Relatório fazer várias menções à comunicação regular entre a presidência da Escola e a Associação de Estudantes (AE) (como no subponto 5.1.1.), mas assinalou que a ação da AE também cobre a participação em fóruns internacionais. Solicitou, por isso, que, no documento fosse apresentada essa informação e que, na secção relativa ao orçamento, as informações sobre propinas e taxas pagas pelos estudantes fossem separadas.

Rafael Carreira referiu que as questões que trazia tinham sido já colocadas pelos anteriores conselheiros, expressando uma apreciação globalmente positiva do Relatório.

Leonor Barreiros agradeceu o documento apresentado, que considerou bem elaborado numa apreciação globalmente positiva, corroborando a apreciação de Jaden Gomes sobre a inclusão das referências ao trabalho conjunto realizado com a AE.

Miguel Mano manifestou-se relativamente à abertura das salas de estudo, apresentando, também, uma apreciação globalmente positiva.

Miguel Falcão fez uma apreciação global sobre o Relatório apresentado, destacando a qualidade gráfica, embora considerando que algumas análises carecem de dados concretos que as sustentem. O conselheiro questionou, a propósito da criação de condições para aumentar o número de técnicos de administração e gestão (TAG), se seria lícita a conclusão de que tal não foi possível concretizar devido, entre outros fatores, ao aumento dos encargos financeiros decorrentes da valorização das carreiras docentes, uma vez que, na previsão orçamental para 2023, a par dos encargos com docentes, estavam cumulativamente salvaguardados oito postos para TAG (subponto 1.4.4.). O conselheiro questionou, no âmbito da execução do PRR, sobre a génese do compromisso de quarenta e cinco diplomados, que não confere com os dados que foram

comunicados às coordenações dos cursos do Impulso Adultos, segundo os quais aquele compromisso teria em conta trinta diplomados por ano entre 2022 e 2026, o que, considerando a Pós-graduação em Educação Digital posteriormente afetada à Escola, perfaria um total de cento e cinquenta, com uma média anual de trinta e oito, permitindo concluir que a execução conseguida em 2022-2023 foi positiva, contrariamente à conclusão apresentada no Relatório de que ficou aquém do definido (subponto 2.2.2.).

Joana Campos fez uma apreciação positiva do conteúdo e do aspeto gráfico do Relatório e salientou, globalmente, o esforço da presidência da Escola quanto à regularização orçamental, à organização académica e à criação de espaços de lazer. No âmbito da internacionalização perguntou o que se pode esperar futuramente da participação da Escola no projeto U!REKA (subponto 5.1.1.) e como poderá ser concertada com as coordenações de curso a elaboração do levantamento das situações de estudantes em mobilidade *outgoing* (subponto 5.4.1.). Questionou também sobre a possibilidade de alargar o horário de abertura da biblioteca (subponto 5.6.2.), face ao insuficiente número de técnicos na ESELx.

Elsa Figueiredo felicitou a presidência da Escola pela qualidade global do Relatório.

Teresa Pereira proferiu um comentário globalmente positivo sobre o Relatório e sobre a criação de espaços de trabalho na Escola, para estudantes e docentes, assinalando a necessidade de manutenção, nomeadamente do P2. A conselheira perguntou se o plano de requalificação da reprografia, já em obras, prevê futuramente o serviço direto a estudantes e em particular a reprodução gráfica dos seus trabalhos (subponto 4.2.2.), e, ainda, que estratégias podem ser melhoradas, no caso das mobilidades *outgoing*, na articulação com o GRIMA (subponto 5.4.1.). A conselheira manifestou-se surpreendida pelo facto de as licenciaturas da Escola serem consideradas para efeito do compromisso de diplomados no Impulso Jovem STEAM no âmbito do PRR, uma vez que o corpo docente daqueles cursos não cumpre os requisitos contratuais e remuneratórios estipulados (subponto 2.2.2.). Por fim, relativamente à internacionalização, a conselheira, indagou sobre medidas a definir em face à fraca adesão dos estudantes à modalidade *outgoing*, sobretudo na articulação com o GRIMA.

Margarida Rodrigues começou por subscrever os comentários elogiosos dos conselheiros anteriores e afirmar que ao contrário do que assinalou para os planos, considera que o presente Relatório é claro, detalhado, com evidências e que espelha o trabalho desenvolvido pela presidência, assim como a dinâmica da escola, nas várias dimensões, o que destacou como muito positivo. Sublinhou ainda que o facto de explicitarem o grau de execução é uma boa estratégia para que se possa efetivamente acompanhar e monitorizar o trabalho desenvolvido. A conselheira expressou dúvidas sobre os dados apresentados quanto ao compromisso de diplomados no Impulso Adultos, tanto mais que, por razões administrativas, o prazo limite de diplomação foi antecipado em um ano, salientando que quarenta e cinco diplomados, como indicado no Relatório, não era o número referido nas reuniões em que esteve presente (subponto 2.2.2.). A conselheira solicitou ainda esclarecimento sobre a menção aos pedidos dirigidos aos autores de documentos que estão em acesso fechado (subponto 3.3.3.).

Tiago Almeida agradeceu o documento fazendo suas as palavras dos conselheiros anteriores, elogiando o trabalho que tem vindo a ser realizado organização da documentação. O conselheiro perguntou sobre as estratégias a serem definidas pela presidência com vista à concretização de apoios a estudantes e docentes em projetos e eventos académicos, uma vez que tal não foi

efetivado em 2023, por constrangimentos orçamentais (subpontos 3.1.3. e 3.2.2.). O conselheiro perguntou sobre a previsão e estratégias para que se ultrapassem estes constrangimentos, nomeadamente no que se prende com a investigação e a criação artística. Tiago Almeida demonstrou preocupação pela não concretização da ação referente à diversificação de formas de divulgação da oferta formativa (subponto 5.2.2.), que foi um problema para as presidências anteriores. O conselheiro sugeriu à presidência da Escola a divulgação dos protocolos internacionais já existentes e a explicitação dos melhores procedimentos a seguir para a proposta e efetivação de novos protocolos (subponto 5.4.4.), distinguindo os que passam pelo GRIMA.

Laurence Vohlgemuth elogiou a qualidade do Relatório, apesar da necessidade de nele encontrar, nalgumas partes, dados mais concretos, como no caso da mobilidade académica de docentes e da repercussão que as oportunidades de internacionalização têm na melhoria das várias dimensões da Escola (subponto 5.4.1.). A conselheira expressou o seu ceticismo quanto à possibilidade de a criação de mais oferta formativa em Inglês ser a chave para o aumento da mobilidade de estudantes incoming (subponto 5.4.3.) e solicitou esclarecimento sobre a contrapartida de a ESELx assumir a responsabilidade da imagem e comunicação de atividades do IPL (subponto 5.1.4.). Deu como exemplo o projeto U!REKA, em que se assume o trabalho de comunicação e imagem, mas que não integra a ESELx nas linhas e equipas do programa, apesar de esforços já realizados por alguns docentes, no sentido. Por fim, a conselheira solicitou clarificação sobre os dados relativos à formação dos TAG, em particular sobre o número de formandos que participaram em cada ação (subponto 2.5.1.).

Nuno Ferreira elogiou o Relatório e defendeu que nalgumas partes careceria de melhor concretização, com apresentação de dados que permitam um melhor esclarecimento. O conselheiro salientou como positiva a demonstração da articulação da presidência da Escola com outros órgãos e estruturas. Mostrou-se surpreendido pelo facto de a presidência considerar parcialmente concretizadas, e não concluídas, ações que não dependem exclusivamente da sua iniciativa, como no campo da contratação e/ou mobilidade de TAG (subponto 1.2.5.).

Em seguida, Nuno Ferreira passou a palavra aos convidados para responderem às questões da primeira ronda.

Carla Rocha agradeceu os comentários, questões e sugestões dos conselheiros, enfatizando que os considera muito importantes para o desenvolvimento do trabalho da equipa da presidência. Carla Rocha comprometeu-se a tentar que, futuramente, os Relatórios apresentem dados mais concretos para todas as ações, conforme solicitado por vários conselheiros. A presidente esclareceu que a avaliação do que foi considerado como parcialmente concretizado em várias ações teve em conta não apenas o esforço já desenvolvido, mas, também, o facto de em vários casos os resultados ficarem aquém dos objetivos traçados. A presidente da Escola defendeu que, apesar da falta de recursos ao nível dos TAG, a ESELx deve assegurar a colaboração institucional com o IPL e as outras UO, tendo ressalvado que essas colaborações não têm afetado o normal funcionamento da Escola. Mas assinalou que a presidência tem negado colaboração a vários pedidos, quando tal coloca a Escola em situação de risco. Ainda sobre o excesso de horas de trabalho dos funcionários, quando necessário tem sido planeado e acertado com os mesmos. Sobre o processo PRR, a presidente da Escola reiterou que consultou toda a documentação que lhe foi disponibilizada sobre o mesmo e que reuniu com os responsáveis do IPL, tendo recebido a informação de que o compromisso de diplomados da ESELx para o Impulso Adultos são cento e trinta e cinco em três anos, numa média anual de quarenta e cinco, conforme referido no

Relatório. No que se prende com a questão relativa aos protocolos internacionais, assumiu o compromisso de divulgar a informação, afirmando que tentará agilizar os procedimentos para a sua efetivação, tendo admitido a dificuldade em obter dados concretos sobre a mobilidade de docentes. Por fim, Carla Rocha afirmou que a presidência da Escola tomará em conta, na apresentação dos próximos relatórios, a necessidade de explicitação e análise assinaladas pelos conselheiros.

A vice-presidente Cátia Rijo defendeu que várias iniciativas do IPL em que a ESELx esteve envolvida tornaram-se também oportunidades para a Escola ter representação em alguns eventos importantes, entre os quais as feiras da empregabilidade e a Futurália. Cátia Rijo esclareceu, quanto ao projeto U!REKA, que, por um lado, o Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI) da ESELx não está envolvido, somente a própria vice-presidente, pelo que tal não se reflete no trabalho dos TAG, e, por outro lado, que o processo não está fechado, encontrando-se a equipa ainda a definir como poderão as várias UO ser integradas nos eixos do projeto.

O vice-presidente Paulo Rodrigues respondeu que o número de licenciados da ESELx foi considerado para efeito do compromisso global do IPL quanto ao Impulso Jovem STEAM e esclareceu que o Impulso Jovem STEAM só paga recursos materiais e o Impulso Adulto também paga contratações de docentes, razão pela qual os processos contratuais são distintos no caso das pós-graduações.

A diretora de serviços, Cláudia Valente, esclareceu que há uma discrepância entre o orçamento previsto e a possibilidade de execução, porque, apesar das estimativas tão rigorosas quanto possível, não só a provisão orçamental necessária não é garantida à partida, como há fatores que vão surgindo e que alteram os dados iniciais, incluindo os aumentos salariais, daqui resultando a conclusão expressa no Relatório de que a massa salarial do pessoal docente inviabilizou a contratação de TAG. Acrescentou que o orçamento de 2023 foi feito em julho de 2022, com base nos pagamentos efetuados até junho e no previsto até dezembro de 2022 e previsão de 2023. Esclareceu que, houve agravamento de despesa com eletricidade e aumento salarial. Explicou ainda que relativamente ao pessoal não docente, mesmo que não se saiba que mobilidades acontecerão, tem de ser considerado no orçamento, o que resulta numa dissonância entre o previsto e o que aconteceu, efetivamente, em termos orçamentais. A diretora de serviços informou que, pela primeira vez, a Escola recebeu os saldos do ano anterior, mas que, como o orçamento não pode aumentar mais de 3% face ao do anterior, apesar do saldo final positivo, deve manter-se a situação de contenção. Cláudia Valente referiu-se ao esforço de cobrança dos valores que são devidos à ESELx, de propinas, por exemplo. Afirmou ainda que, no final, o saldo do exercício é positivo.

Cláudia Valente esclareceu que a distinção entre as verbas de propinas e taxas é possível, sendo os valores das taxas definidas no Politécnico de Lisboa, como pode ser verificado na tabela de emolumentos. O valor das propinas é igualmente definido pelo IPL e, nos últimos anos, tem sido balizado por decisão política.

Carla Rocha acrescentou que, por consulta ao IPL, recolheu informação sobre os documentos iniciais de candidatura do IPL no âmbito do PRR, na globalidade e a candidatura da ESELx. Na informação a que teve acesso, no contrato não leu que terminasse em 2026, pedindo aos conselheiros que tenham estado na génese que mostrassem onde leram essa informação. Esclareceu ainda que a consideração dos diplomados das licenciaturas foi por determinação do

IPL, num acordo com a DGES e PRR. Carla Rocha respondeu ainda que a questão sobre a participação de estudantes e docentes em investigação está a ser equacionada, exigindo que reúnam com outros órgãos, como o CTC e o CP, assim como com estruturas científico-pedagógicas, docentes e estudantes, para um planeamento conjunto e a discussão sobre estas questões. Concluiu, afirmando que, sobre a internacionalização, tem sido difícil ter acesso aos dados.

Nuno Ferreira deu início à segunda ronda de perguntas.

Tiago Almeida perguntou se, tendo em conta o saldo positivo do exercício de 2023, haverá possibilidade de investir parte da verba em áreas estratégicas, como a do apoio à internacionalização.

Joana Campos, a propósito do projeto U!REKA, considerou que parece ter importantes potencialidades para os cursos da ESELx, ainda que o seu teor não esteja a ser comunicado de forma clara, e perguntou como e quando serão as UO informadas e envolvidas; e recolocou a questão sobre a implementação de microcredenciais que havia sido apresentada na primeira ronda, solicitando esclarecimentos concretos sobre as possibilidades da sua implementação. Terminou pedindo que estas informações sejam transmitidas à comunidade escolar.

Miguel Falcão pediu esclarecimento sobre a existência de regulamentos publicados no *site* da Escola sem homologação do presidente do IPL (subponto 1.1.4.). O conselheiro perguntou sobre as áreas e os serviços em que foram abertos procedimentos concursais e ofertas de mobilidades e nos quais os resultados ficaram inviabilizados, conforme referido no Relatório (subponto 1.2.5.). Demonstrou preocupação com a eventual sobrecarga da atividade docente com tarefas administrativas, dando como exemplo os procedimentos de revisão de horários (subponto 1.3.5.). Por fim, solicitou esclarecimentos sobre as estratégias que a presidência da ESELx prevê implementar para incentivar o aumento de respostas dos estudantes no âmbito da gestão da qualidade (subponto 1.5.1.).

Jaden Gomes defendeu a sintonia de posições entre a presidência da ESELx e a AE. O conselheiro reiterou a importância de serem discriminadas no Relatório as taxas pagas pelos estudantes. Por fim, defendeu a relevância de os estudantes serem envolvidos em eventos públicos, como as feiras académicas, as visitas às escolas secundárias, com um estatuto do tipo “embaixadores” da Escola. Pediu ainda correção no 5.6.3, no que se refere à cedência do espaço à equipa de volley feminina, que tem sido feita pela AE.

Bianor Valente, reiterando a questão que colocou na primeira ronda sobre a dedicação de TAG da Escola a ações desenvolvidas pelo IPL, defendeu o princípio da solidariedade entre instituições, mas também o da reciprocidade. A conselheira perguntou a que fatores se deve a significativa redução de estudantes incoming, contrariando a posição anteriormente expressa sobre o efeito empobrecedor do uso exclusivo da língua inglesa, que considera poder beneficiar tanto os estudantes Erasmus como os portugueses. Bianor Valente argumentou sobre a importância de oferta formativa em Inglês para aumentar o número de estudantes incoming, tendo indagado sobre o posicionamento da presidência em relação a este assunto, assim como sobre a manutenção da UC Portuguese Culture. Por fim, a propósito do orçamento, solicitou a confirmação de que os saldos dos anos anteriores vão ser de facto integrados e perguntou que ideias tem a presidência da ESELx para incremento de mais receita.

Cristina Cruz, retomando o assunto do projeto U!REKA, manifestou a preocupação com o desperdício de oportunidades de internacionalização e de acesso a fundos europeus, tendo defendido um maior envolvimento da comunidade escolar neste tipo de processos e uma comunicação mais clara e eficaz através dos canais próprios da Escola.

Nuno Ferreira passou a palavra aos convidados para responderem às questões colocadas pelos conselheiros na segunda ronda.

Carla Rocha, sobre o aumento da participação dos estudantes nos procedimentos de Avaliação Interna, respondeu que o Gabinete de Gestão da Qualidade está a trabalhar no sentido de encontrar novas estratégias que conduzam a uma maior participação, na sequência de recomendações apresentadas pelo Conselho Pedagógico, já apresentadas ao Conselho Consultivo, mas que não figura no presente Relatório uma vez que a ação se estendeu para 2024. A presidente esclareceu que não é intenção da presidência da ESELx sobrecarregar os docentes com tarefas burocráticas. Reagindo às observações feitas, concordou que a sintonia e articulação entre a presidência da Escola e a AE é fundamental. Por fim, considerou que a presidência da ESELx tem de pensar como melhorar a divulgação da informação junto da comunidade escolar, tomando como exemplo a informação sobre o projeto U!REKA, ressaltando que frequentemente alguma desta informação não surge com a antecedência suficiente para tal.

Paulo Rodrigues explicou que a regularização da homologação dos regulamentos divulgados no *site* decorreu da expressa solicitação do IPL para o efeito, uma vez que alguns não estavam conforme a orientação do IPL, isto é, homologados e publicados em *Diário da República*. Explicou também que não há da parte do IPL orientações sobre como devem funcionar as microcredenciais, nem informação organizada sobre o assunto, esclarecendo que a presidência da ESELx optou por não avançar no processo de implementação das microcredenciais antes de avaliar a adesão à primeira fase de candidaturas às pós-graduações, uma vez que, por um lado, só serão rentáveis se houver lugar ao pagamento de propinas e que, por outro lado, tendo financiamento do PRR, só poderão ser lecionadas por docentes convidados, o que torna o processo menos atrativo para os docentes da Escola a quem cabe apresentar as candidaturas e coordenar a formação.

Carla Rocha informou que a presidência da Escola ainda precisa de reunir informação sobre as condições e regras das microcredenciais. Sobre o projeto U!REKA, respondeu que a presidência pretende informar os docentes, registando a necessidade expressa por alguns conselheiros de antecipar a comunicação sobre este assunto, para que possam participar.

Cláudia Valente defendeu que os encargos financeiros da Escola exigem um bom uso do orçamento e, em particular, dos referidos saldos que transitaram de anos anteriores e esclareceu que foram abertos dois concursos para os TAG, um para a área académica e outro para a área financeira. A diretora de serviços explicou que saldo de exercício diz respeito a receita e despesas efetivamente realizadas, mas que não corresponde a disponibilidade financeira, antecipando maiores dificuldades para a gestão do ano 2025.

Nuno Ferreira agradeceu a presença da equipa da presidência da ESELx e da diretora de serviços. Após a sua saída, Nuno Ferreira colocou o Relatório à votação, o qual foi aprovado por unanimidade com 15 votos.

Por fim, foi lido o memorando da reunião, tendo sido aprovado por unanimidade com 15 votos.

Escola Superior de Educação de Lisboa

10 de abril de 2024

O Presidente do Conselho de Representantes,

Os secretários da reunião,



Leonor Barreiros

Miguel Falcão

Joana Campos